Boletim Notícias do Seguro T3#28: eventos climáticos já custam R$ 52 bi ao Brasil em 2026

Como reduzir perdas com desastres climáticos e proteger famílias, municípios e até os animais de estimação

?? Eventos climáticos extremos custaram quase R$ 52 bilhões ao Brasil entre janeiro e julho. No Boletim Notícias do Seguro, mostramos o tamanho desse impacto e o que ele revela sobre a necessidade de proteção financeira contra desastres climáticos no país.

?? Um projeto piloto inédito pode criar apólices de seguros municipais contra desastres climáticos. Entenda como a iniciativa pode ajudar prefeituras e a população a reduzir perdas e acelerar a recuperação após enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos.

?? O Brasil tem quase 167 milhões de animais de estimação, e o Seguro Residencial pode ser um grande parceiro no cuidado com os pets. Saiba como essa proteção funciona para quem tem cães, gatos e outros bichinhos em casa.

? Dê o play para ficar por dentro das principais notícias, análises regulatórias e tendências que movem o mercado de seguros.

YouTube - Spotify

Data centers crescem no Brasil: quem protege a infraestrutura por trás da inteligência artificial?

Seguros podem ajudar a absorver perdas, mas não substituem a gestão de riscos

- O crescimento dos data centers já entrou no planejamento energético brasileiro. A consulta pública do Plano Decenal de Expansão de Energia 2036, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), projeta que o consumo de eletricidade dessas instalações passe de 3 terawatts-hora (TWh), em 2026, para 30 TWh em 2036. A projeção mostra a escala da infraestrutura necessária para processar e armazenar dados - e a importância de garantir que ela continue operando.
- A expansão também entrou na agenda de investimentos e políticas públicas. Em setembro, foi sancionado o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (Redata), que vincula incentivos a compromissos de investimento e critérios de sustentabilidade.
- Já em novembro, o Ministério das Comunicações anunciou R$ 46,3 milhões para desenvolver uma plataforma que usará inteligência artificial para distribuir dados entre diferentes estruturas de processamento e reforçar a segurança e a eficiência energética. O projeto ainda será desenvolvido, com prazo previsto de 36 meses após a celebração do convênio.

Energia, água e conectividade também são pontos de falha

Um data center não é apenas um prédio cheio de computadores. Para manter os serviços disponíveis, depende de fornecimento estável de energia, sistemas de refrigeração, equipamentos elétricos, água, redes de telecomunicações e cadeias de fornecedores. Uma falha em um desses componentes pode afetar vários clientes e serviços ao mesmo tempo.

A EPE classifica esses empreendimentos como grandes cargas, capazes de elevar a demanda local e regional e influenciar o planejamento da transmissão de energia. A agência ressalta que acompanhar a expansão é importante para coordenar o crescimento da geração e da rede elétrica.

Os riscos também incluem incêndios, danos causados por água, quebra de equipamentos, interrupções prolongadas e atrasos na construção ou na entrada em operação. Em uma análise global de sinistros de data centers, a Allianz Commercial apontou danos por água como causa frequente de ocorrências e incêndios como uma das causas de maior severidade. A empresa também destacou o peso financeiro da interrupção das atividades. Esses dados refletem a experiência internacional do mercado e não devem ser interpretados como estatística específica do Brasil.

A proteção começa antes da operação

A gestão de riscos envolve operadores, investidores, construtoras, fornecedores, profissionais de engenharia e seguradoras. Na etapa de projeto e construção, a avaliação pode considerar localização, risco de inundação, disponibilidade de energia e água, prevenção contra incêndio, redundância dos sistemas e dependência de fornecedores críticos.

Na fase de operação, a análise precisa acompanhar o valor dos equipamentos, as rotinas de manutenção, os sistemas de contingência e o impacto financeiro de uma paralisação. Em instalações de grande porte, diferentes empresas e clientes podem compartilhar a mesma infraestrutura, o que aumenta a concentração de exposição em um único local.

O seguro entra nessa estrutura para transferir parte dos riscos que permanecem depois das medidas de prevenção. Seguradoras e resseguradoras avaliam a exposição, definem condições e limites e podem assumir parcelas das perdas previstas em contrato. Corretores e equipes de engenharia de riscos também podem participar da estruturação do programa. A proteção, porém, depende da apólice, do evento ocorrido e dos prejuízos cobertos.

Coberturas podem acompanhar diferentes etapas

Programas especializados podem combinar coberturas distintas, em vez de depender de uma única apólice. Entre as possibilidades estão proteção para danos físicos ao imóvel e aos equipamentos, quebra de máquinas, interrupção de negócios, atraso no início das operações e riscos cibernéticos. Essas coberturas podem ser contratadas em linhas diferentes e não são automaticamente incluídas umas nas outras.

Fases e riscos

Fase ou risco	Cobertura que pode ser considerada
Construção e montagem	Seguro de riscos de engenharia ou de construção, sujeito às condições do contrato
Atraso na inauguração	Cobertura de atraso no início das operações, se o atraso decorrer de dano físico coberto
Operação e equipamentos	Seguro patrimonial e cobertura para quebra de máquinas, conforme a apólice
Paralisação dos serviços	Cobertura de interrupção de negócios, com limites, franquias e período de indenização definidos
Ataques e incidentes digitais	Seguro cibernético, cujos eventos cobertos precisam ser analisados separadamente

A tabela resume possibilidades de proteção, não uma garantia de cobertura. Por exemplo, a cobertura para atraso na entrada em operação pode depender de um dano físico coberto que provoque o atraso. Da mesma forma, uma interrupção causada por falha de energia, incidente cibernético ou problema em fornecedor pode receber tratamentos diferentes conforme o contrato.

Seguro não substitui continuidade operacional

Uma apólice pode ajudar a financiar reparos ou compensar perdas cobertas, mas não impede a falha nem garante que os serviços sejam retomados rapidamente. Para isso, operadores precisam de planos de continuidade, redundância de energia e refrigeração, rotas alternativas de conectividade, segurança cibernética, manutenção e testes periódicos.

O crescimento do setor abre espaço para soluções seguradoras mais especializadas, mas também exige avaliações caso a caso. Quanto mais uma instalação concentra equipamentos, clientes e serviços essenciais, maior a importância de mapear o que pode falhar, quais perdas podem se acumular e como a operação continuará durante uma interrupção. A proteção dos data centers depende, assim, da combinação entre engenharia, gestão operacional, financiamento e seguros contratados de acordo com os riscos reais do empreendimento.

Cidades resilientes: como preparar o Brasil para eventos climáticos cada vez mais extremos

Seguros podem ajudar a financiar perdas cobertas, mas fazem parte de uma estratégia mais ampla de prevenção e gestão de riscos

- As mudanças climáticas aumentam a pressão sobre cidades expostas a inundações, deslizamentos, secas e ondas de calor. A discussão vai além de responder a cada desastre:

envolve decidir onde e como construir, proteger serviços essenciais e garantir recursos para a reconstrução.

- O desafio também é financeiro. Segundo estimativa apresentada no relatório final do Grupo de Trabalho Seguro Catástrofe, divulgado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), cerca de 9% das perdas econômicas provocadas por desastres climáticos no Brasil estariam cobertas por seguros, ante uma média mundial estimada em aproximadamente 45%. O documento ressalta diferenças regionais e aponta a predominância histórica de recursos públicos mobilizados depois dos eventos.

Planejar a cidade antes do desastre

A resiliência começa pelo conhecimento do território: quais áreas estão sujeitas a alagamentos ou deslizamentos, onde ficam as moradias mais vulneráveis e quais serviços podem ser interrompidos. Essas informações precisam orientar instrumentos de planejamento urbano, decisões sobre novas construções e prioridades de investimento.

O Plano Clima Adaptação – Cidades, do Ministério das Cidades, reúne diagnóstico das vulnerabilidades urbanas, identificação de riscos climáticos e recomendações de ação intersetorial, gestão e monitoramento. A abordagem reconhece que obras isoladas não bastam: habitação, saneamento, mobilidade, meio ambiente e defesa civil precisam trabalhar de forma coordenada.

Isso pode envolver restringir ocupações em áreas de risco elevado, melhorar a drenagem, proteger encostas, preservar espaços que absorvem água e criar rotas seguras de evacuação. Quando a permanência em determinado local representa risco à vida, o planejamento também precisa considerar reassentamento digno e acesso a serviços e oportunidades em outras áreas.

Infraestrutura, natureza e alertas

Drenagem urbana, contenção de encostas, redes de saneamento e sistemas de monitoramento ajudam a reduzir a exposição das pessoas e a evitar que uma ameaça se transforme em desastre. Parques, áreas permeáveis e outras soluções baseadas na natureza podem contribuir para absorver água e amenizar o calor, desde que sejam adequados às características de cada território.

O Novo PAC destinou R$ 6,8 bilhões a obras de drenagem urbana e contenção de encostas em municípios críticos. Já o programa BNDES Cidades Resilientes apoia a estruturação de projetos municipais e prevê possibilidade de financiamento para sua implementação. Entre as iniciativas elegíveis estão planejamento urbano integrado, modernização de infraestrutura, soluções baseadas na natureza, requalificação de áreas de risco e sistemas de alerta.

A preparação também depende de avisos que cheguem às pessoas a tempo e expliquem o que fazer. Em maio de 2026, a rede do Cemaden passou a incluir 1.295 municípios com equipamentos de monitoramento de chuva. O órgão relaciona a expansão à melhoria dos dados e dos alertas, mas a capacidade de agir depende também dos protocolos locais, da comunicação com as comunidades e da estrutura das defesas civis.

Quem está mais exposto precisa estar no centro

Eventos extremos não atingem todas as pessoas da mesma maneira. Moradias precárias, falta de saneamento, dificuldade de acesso a transporte e serviços de saúde e limitações para deixar uma área de risco podem aumentar os impactos sobre famílias de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.

O Cemaden destaca que eventos meteorológicos, desigualdades sociais e desinformação podem se combinar durante uma crise. Por isso, planos de prevenção precisam incluir participação comunitária, canais confiáveis de comunicação, orientações acessíveis e apoio para quem não consegue se deslocar sem assistência.

Seguro e financiamento ajudam a organizar a recuperação

Mesmo com prevenção, perdas podem ocorrer. O seguro pode oferecer recursos para reparar ou repor bens e ajudar empresas a retomar atividades, conforme as coberturas, limites e condições contratadas. Para o poder público, a proteção financeira também pode envolver seguros de ativos, reservas, crédito contingente e outros mecanismos preparados antes da emergência.

O Banco Mundial recomenda combinar instrumentos de acordo com a frequência e a gravidade dos eventos: reservas e fundos para ocorrências mais frequentes, crédito previamente estruturado para impactos intermediários e transferência de risco, como seguros, para eventos de grande impacto. Essa combinação ajuda a reduzir a dependência de decisões emergenciais após o desastre.

A proteção securitária, contudo, não substitui obras, planejamento urbano nem políticas de prevenção. Também não significa que toda perda será indenizada ou que qualquer imóvel ou infraestrutura estará automaticamente coberto. A Susep observa que a ampliação da proteção contra catástrofes requer articulação entre governos e setor privado, além de dados, capacidades técnicas e instrumentos financeiros adequados à realidade brasileira.

Reconstruir para reduzir o risco futuro

A reconstrução é uma etapa decisiva. Repor rapidamente o que foi destruído sem corrigir as vulnerabilidades pode manter moradores e serviços expostos ao próximo evento. Incorporar mapas de risco, padrões construtivos, drenagem, rotas de evacuação e, quando necessário, reassentamento ao processo de recuperação ajuda a reduzir a repetição das perdas.

Uma cidade resiliente não elimina todos os riscos. Ela conhece melhor suas vulnerabilidades, prepara as instituições e a população, protege serviços essenciais e organiza recursos para responder e se recuperar. Para isso, a prevenção precisa fazer parte do planejamento e do orçamento antes que a emergência aconteça.

Regras de seguros mudam na Europa em virtude de distúrbios violentos na Europa

Companhias baixam capitais segurados, elevam franquias e excluem coberturas em áreas de risco

Em resposta aos distúrbios iniciados na França e reverberados em outros países do continente, as seguradoras europeias começaram a rever a política de subscrição de riscos por tumultos, restringindo as coberturas, dado o salto das perdas seguradas por confrontos entre manifestantes e forças policiais, saques e destruição.

As manifestações, além da França, avançam para Bélgica, Alemanha, Itália e Portugal, ratificando o descontentamento com o aumento do custo de vida, habitação inacessível, precariedade dos serviços públicos, incluindo a deterioração do sistema educacional.

Esse descontentamento surge em um contexto de crescente pressão econômica. Segunda maior economia da UE, a França, por exemplo, enfrenta um crescimento lento e salto na sua dívida pública, que deverá atingir 120% do PIB até o ano próximo ano. É um claro sinal de que faltam recursos para atender às reivindicações. Enquanto isso, a taxa de inflação anual da zona do euro atingiu 4,0% em outubro de 2026. Enfim, a Europa convive com uma crise mais ampla de descontentamento público.

Resultado: o sinal amarelo bateu à porta das seguradoras, provocando mudanças na forma como avaliados e precificados os riscos de greves, tumultos e comoções civis (SRCC, na sigla em inglês). Ou seja, diante da possibilidade de danos simultâneos a estabelecimentos comerciais, edifícios públicos e instalações privadas, as companhias revisam as condições de proteção, com limites

menores de indenização, franquias mais elevadas e, em regiões consideradas críticas, exclusão da cobertura.

Tradicionalmente associados a países emergentes, os riscos de convulsão social passaram a integrar o mapa de preocupações de economias desenvolvidas. A Allianz, maior seguradora europeia, já considera que as empresas precisam incorporar essa exposição às suas estratégias de gerenciamento de riscos também em países de alta renda.

Em entrevista, o executivo Marcos Alvarez, responsável pela área de seguros globais da Morningstar DBRS, afirma que a dimensão das perdas potenciais mudou a natureza desses eventos. Na avaliação do executivo, os riscos de SRCC passaram a apresentar características semelhantes às de catástrofes naturais, deixando de representar ameaças secundárias para o setor.

A preocupação ganhou força com a onda de manifestações que se espalhou pela Europa nas últimas semanas. Na França, protestos estudantis deram origem a mobilizações mais amplas, impulsionadas pelo custo de vida e por dificuldades de acesso a serviços e bens essenciais. A oposição à instalação de centros de dados também passou a alimentar manifestações. Alemanha, Bélgica e Portugal registraram episódios de mobilização popular, ampliando a percepção de risco regional.

Em meados de outubro, mais de 500 mil pessoas participaram de marchas em diferentes cidades francesas. Parte das manifestações foi acompanhada de episódios de violência e saques, que atingiram estabelecimentos comerciais e prédios públicos. Embora a presença policial tenha sido reforçada, a possibilidade de novos distúrbios mantém o mercado em alerta.

Para Nicolas Aubert, diretor executivo da Howden France, a deterioração do cenário já está alterando as condições de contratação dos seguros. Segundo ele, as seguradoras precisaram acelerar os procedimentos de indenização e o apoio às empresas atingidas, mas passaram a adotar critérios mais rigorosos de subscrição. O resultado são franquias maiores, limites de cobertura reduzidos e novas restrições, deixando parte dos segurados mais exposta.

A Allianz, por sua vez, afirma não ter adotado restrições generalizadas em resposta aos episódios recentes. De acordo com Ian Humphries, responsável pela unidade de violência política e terrorismo da companhia em Londres, a análise continua sendo individualizada. Entre os fatores considerados estão a localização do imóvel e sua proximidade com áreas mais suscetíveis a distúrbios.

A mudança no perfil de risco também está pressionando o setor a aprimorar suas ferramentas de avaliação. Em setembro, a Howden lançou o UNREST, programa de análise que reúne informações para ajudar seguradoras e resseguradoras a identificar concentrações de exposição, estimar possíveis desdobramentos de manifestações e calcular seus impactos sobre as carteiras.

A corretora avalia que os modelos tradicionais já não conseguem representar adequadamente a frequência e a distribuição geográfica dos novos episódios de instabilidade. Os eventos estão mais localizados, mas também podem atingir simultaneamente diferentes regiões, ampliando o potencial de acumulação de perdas.

A tendência é tratar a cobertura SRCC de maneira cada vez mais independente das apólices comerciais tradicionais. Segundo a AM Best, agência especializada em classificação de risco do mercado segurador, a possibilidade de prejuízos expressivos levou as companhias a rever o tratamento desses eventos, historicamente incluídos como cobertura padrão em contratos empresariais.

Mathilde Jakobsen, diretora sênior da agência, destaca que episódios recentes demonstraram a capacidade de destruição financeira desses acontecimentos. Entre os exemplos estão os distúrbios em Minneapolis, em 2020, na Nova Caledônia, em 2024, e no Nepal, em 2025, além dos episódios mais recentes na França.

Distúrbios violentos geram perdas de mais de 1 bilhão de euros

No caso francês, os prejuízos segurados foram estimados pela Morningstar DBRS em menos de € 1,2 bilhão. A cifra, concentrada principalmente em estabelecimentos comerciais e edifícios públicos, ainda pode aumentar caso a instabilidade persista.

O aspecto mais preocupante para as seguradoras, segundo Alvarez, é a ampliação da escala geográfica dos episódios. Se antes os distúrbios costumavam ficar restritos a uma cidade durante alguns dias, agora podem se espalhar por todo um país ou atravessar fronteiras. A ocorrência simultânea de danos em múltiplos imóveis pressiona não apenas os resultados operacionais, mas também o capital e os índices de solvência das companhias.

A Verisk Maplecroft, especializada em análise de riscos, classifica a atual onda de manifestações como a mais expressiva situação de agitação simultânea observada na Europa em anos. Seu indicador de risco para distúrbios de grande escala atingiu o patamar mais elevado desde 2021.

Jess Middleton, analista sênior da consultoria para a Europa, pondera que grandes manifestações não necessariamente evoluem para violência ou saques. No entanto, a presença de grupos mais confrontadores em mobilizações inicialmente pacíficas aumenta a possibilidade de episódios com consequências materiais relevantes.

Histórico de perdas pressiona por soluções públicas

A França conhece bem os impactos econômicos desse tipo de ocorrência. Os protestos dos Coletes Amarelos, entre 2018 e 2019, produziram aproximadamente € 220 milhões em perdas seguradas. Já os distúrbios de junho de 2023 provocaram prejuízos estimados em € 730 milhões. O custo final da onda mais recente ainda não foi dimensionado.

A sucessão de episódios reacendeu o debate sobre a participação do Estado na proteção contra riscos de comoção civil. Segundo Humphries, da Allianz, os acontecimentos recentes estimularam novas discussões sobre a criação de mecanismos públicos de resseguro para absorver parte das perdas decorrentes de futuros eventos de SRCC.

Nesse contexto, a França aprovou a criação de um fundo estatal destinado a garantir cobertura obrigatória contra danos provocados por tumultos em apólices residenciais e comerciais em todo o território nacional. A previsão é que o mecanismo entre em operação em janeiro.

O financiamento virá de contribuições das seguradoras e de um acréscimo de 0,8% nos prêmios pagos pelos segurados. As companhias, por sua vez, permanecerão responsáveis por 10% do valor das indenizações, preservando sua participação no risco.

O modelo representa uma tentativa de distribuir de forma mais ampla os custos de eventos cuja dimensão pode ultrapassar a capacidade individual de absorção das seguradoras. A iniciativa também evidencia uma questão que ganha relevância para o mercado internacional: diante de riscos de natureza sistêmica, até que ponto a proteção securitária pode depender exclusivamente da capacidade financeira das empresas privadas?

CNseg debate redução de riscos para ampliar o financiamento climático

Painel abordou custo de capital, garantias e participação do setor segurador desde o início dos projetos

Mecanismos de redução de riscos para ampliar o financiamento de projetos de transição e adaptação climática foram discutidos em painel moderado pela diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, no Implementation Hub, nesta terça-feira, na COP31. O encontro reuniu representantes da Vale, do Eco Invest Brasil, da Swiss Re e do BID Invest.

Segundo Prates, a experiência apresentada pela Vale trouxe à discussão os obstáculos para dar escala aos projetos, especialmente em relação ao custo de capital e aos mecanismos de garantia. “Foi importante a Vale trazer a sua experiência sobre a dificuldade, por vezes, de como escalar alguns projetos devido ao custo de capital e por conta de mecanismos de garantia”, afirmou.

A Swiss Re apresentou a perspectiva de como o setor segurador pode ajudar a enfrentar essas dificuldades. O debate também abordou a importância do financiamento combinado, conhecido como *blended finance*, por meio do Eco Invest, para ampliar o financiamento climático.

Ao comentar a contribuição do BID Invest, Prates destacou que riscos climáticos antes não avaliados nos projetos passaram a ser considerados. Nesse contexto, ressaltou a importância da participação do setor segurador desde as etapas iniciais.

“O setor segurador entrar no início é muito importante para podermos mitigar esses riscos e tornar os projetos, tanto de infraestrutura quanto de transição climática, mais resilientes às alterações climáticas”, afirmou.

Conjuntura CNseg Nº 142 destaca R$ 173,5 bilhões em pagamentos do setor segurador até agosto

Publicação mostra evolução das indenizações, benefícios, resgates e sorteios, além de reunir indicadores econômicos e estatísticas dos diferentes segmentos do mercado

A edição de número 142 da Conjuntura CNseg já está disponível e apresenta uma análise atualizada do desempenho do mercado segurador brasileiro, com dados referentes a agosto de 2026. A publicação também aborda o cenário econômico nacional, os desafios da Previdência pública e os principais indicadores dos segmentos de seguros, previdência privada, saúde suplementar e capitalização.

A publicação informa que entre janeiro e agosto de 2026, foram pagos R$ 173,5 bilhões em indenizações, benefícios, resgates e sorteios. Somente em agosto, os pagamentos alcançaram R$ 23,1 bilhões, crescimento de 6,2% em relação ao mesmo mês de 2025.

Entre os destaques do período estão as indenizações do seguro Automóvel, que somaram R$ 25,4 bilhões nos oito primeiros meses do ano, alta de 9,4%. Os seguros de Pessoas pagaram R$ 12,2 bilhões em indenizações, crescimento de 6,3%, enquanto os seguros de Riscos Financeiros desembolsaram quase R$ 3 bilhões, avanço de 28%. Os títulos de capitalização também retornaram R$ 18,8 bilhões aos clientes em resgates e sorteios, alta de 3,8%.

Pelo lado da arrecadação, o setor movimentou R$ 36,3 bilhões em agosto, considerando prêmios de seguros, contribuições à previdência privada e faturamento de títulos de capitalização, crescimento de 11,7% em relação ao mesmo mês de 2025. No acumulado de janeiro a agosto, o volume chegou a R$ 281,3 bilhões.

Na seção dedicada à economia brasileira, a edição traz uma análise sobre a sustentabilidade da Previdência pública e os caminhos para o equilíbrio fiscal diante do envelhecimento da população. O estudo examina as projeções de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e discute alternativas para conciliar a proteção previdenciária com a sustentabilidade das contas públicas.

A edição aborda ainda o seguro para Doenças Graves e sua importância como instrumento de proteção financeira, especialmente diante de diagnósticos que podem provocar mudanças significativas na vida dos pacientes e de suas famílias.

Com dados da Susep e da ANS, a Conjuntura CNseg Nº 142 reúne análises, gráficos e séries históricas que permitem acompanhar a evolução do mercado e compreender as tendências dos

diferentes segmentos do setor segurador.

Confira AQUI a íntegra da publicação.

Fonte: CNseg, em 11.11.2026